

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.994 - SP (2019/0012979-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR** : **FERNANDO DIAS FLEURY CURADO E OUTRO(S) -**  
SP227858  
**AGRAVADO** : **EDSON CABUGUEIRA**  
**ADVOGADO** : **ANTÔNIO AIRTON SOLOMITA - SP116770**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pelo **Município de São Paulo** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 128):

*Agravo de Instrumento - Execução de título judicial - Apuração de erro de cálculo — Admissibilidade - Preclusão que não atinge o erro material, o qual pode ser corrigido a qualquer tempo e grau de jurisdição - Manutenção da multa por deslealdade processual - Agravante que aguardou o cadastramento do precatório junto ao DEPRE para questionar os valores - decisão reformada em parte - recurso parcialmente provido.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 1.022, I e II, 80 e 81 do CPC/2015.

Preliminarmente, sustenta que o acórdão recorrido foi omissivo a respeito de qual teria sido a conduta dolosa ou realizada com falta grave pela Fazenda Pública a ensejar a imposição de multa por litigância de má-fé. Alega, também, contradição, pois, embora o acórdão tenha acolhido a tese jurídica da Fazenda de que não havia preclusão para se apontar o erro no demonstrativo de cálculos do credor, ao dar provimento ao Agravo de Instrumento, manteve a aplicação da penalidade por litigância de má-fé.

Ademais, alega que a imposição de multa decorreu da mera presunção de má-fé pela parte agravante. Nesse ponto, defende que a conduta dolosa ou culpa grave são requisitos indispensáveis para a caracterização da litigância de má-fé. Assim defende o descabimento de multa no caso, uma vez que ao manejar sua impugnação ao

requisitório, a Fazenda Pública apontou erro material de cálculo em prejuízo ao erário, não havendo nesse ato qualquer conduta dolosa ou de culpa grave.

**É o relatório.**

A irresignação merece acolhida pela violação ao arts. 1.022 do CPC/2015

No caso, o Tribunal *a quo* concluiu que *"não há que se falar em preclusão da correção dos cálculos, eis que o erro material pode ser corrigido a qualquer tempo e grau de jurisdição"* (fl. 129) e deu provimento parcial ao agravo para que a impugnação dos cálculos seja conhecida pelo magistrado da origem e ao mesmo tempo manteve a condenação por deslealdade processual.

Nesse contexto, a parte recorrente aduziu, em seus aclaratórios, aparente contradição na parte dispositiva do acórdão recorrido, pois *"ao acolher o pedido do Município no Agravo de Instrumento - o que é de absoluta correção - e manter a multa por litigância de má fé, o julgado se revelou contraditório, o que deve ser esclarecido por essa Colenda Corte por meio dos presentes aclaratórios"* (fl. 134)

Contudo, o Tribunal de origem ficou silente sobre tal argumentação, rejeitando os pertinentes aclaratórios posteriormente opostos, em franca violação ao art. 1022 do CPC/2015, porquanto não prestada a jurisdição de forma integral.

Ante o exposto, conheço do agravo e **dou provimento** ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que proceda a novo julgamento dos embargos de declaração lá opostos, enfrentando a questão referente à aparente contradição relativa a manutenção da multa por litigância de má-fé.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator